

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO E MUSEALIZAÇÃO: A CASA DO CONSELHEIRO MACIEL, PELOTAS/RS

Noris Mara P. M. Leal¹;
Francisca Ferreira Michellon³

PPGMemória Social e Patrimônio Cultural - UFPel 1 – norismara@hotmail.com 1

PPGMemória Social e Patrimônio Cultural - UFPel – fmichelon.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este texto decorreu de uma das etapas de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Nessa, investiga-se o processo simultâneo de patrimonialização e musealização de bens imóveis, a partir das ações do IPHAN, tendo no processo da casa histórica, denominada Casa do Conselheiro Maciel, casarão de nº 8 da Pça Cel Pedro Osório no centro histórico de Pelotas, o campo de observação. A casa é a sede do Museu do Doce da UFPel.

A política de preservação de patrimônio no Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Sul, ainda se mantém muito ligada aquilo que denominamos de pedra e cal, apesar do decreto que regulamenta a preservação do patrimônio imaterial brasileiro ser de 2001, quinze anos depois os passos são muito lentos, e a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - no estado, continua valorizando em larga escala o patrimônio material.

No caso do tombamento da casa do Conselheiro Maciel, em 1977, em conjunto com a Casa do Barão de São Luiz e do Barão de Butui, um dos primeiros conjuntos ecléticos a ter proteção federal no país, segundo Fonseca (2005, pg.184), a partir da mobilização da comunidade local. O conjunto é de relevância estética, principalmente a do Conselheiro pelos exemplares de estuque esculpido que possui e que a diferencia de outros exemplares decorativos no RS. Estes dados arquitetônicos são os que foram preservados e mantidos, não havendo um estudo mais profundo a respeito da história dos usos da casa desde a sua construção até o seu restauro para uso universitário.

O imóvel foi comprado, das herdeiras de Francisco Júnior, pelo Professor César Borges, reitor da UFPel, em 2006, que tinha o intuito de ali instalar a reitoria. O seu uso após o restauro foi determinado pelo IPHAN em parceria com o gestor do município e de pessoas ligadas à comunidade doceira vindo a ser a sede do Museu Nacional do Doce. , esta musealização a principio poderia ter desligado o prédio da história dos usuários do mesmo.

A casa foi restaurada entre os anos de 2009 e 2013, quando no dia 17 de maio, foi inaugurada e aberta à visitação pública. A inauguração foi marcada por ~~em~~ um grande afluxo de pessoas, que desejavam conhecer a casa.- No conceito da equipe responsável, a casa em si mesma, já era o primeiro acervo do novo museu. Na ocasião, foi promovido um curso de capacitação de monitores, ~~que~~ foram selecionados entre os alunos dos cursos de ciências humanas da UFPel, principalmente de museologia.

Ao longo de dois anos de visitas guiadas a equipe foi sentindo necessidade de conhecer mais sobre as pessoas que ali moraram, os seus hábitos e costumes, impulsionados em muito pela própria curiosidade do público. Os dados que tínhamos mostravam a vida política do Conselheiro e de seu filho Francisco Júnior, este último, ministro da justiça no primeiro governo de Getulio Vargas. Mas praticamente, não havia informação sobre a família

a primeira ocorrência para este conhecimento foi o livro "Chiquinha e Eu", uma narrativa romanceada, escrita por uma das bisnetas do Barão - Beth Stockinger. A escritora, jornalista de profissão, deu vazão a um texto no qual se mesclam o místico e o real. Focando na figura da sua bisavó apresenta-a como uma mulher doce, devotada à família e eternamente preocupada com os homens da casa, marido e filho. Esse misto de romance e de história, ofereceu algumas pista sobre o panorama que se deseja traçar E, como bem observou a autora sobre o seu livro "[...] é baseado no emocional e na imaginação, com algumas memórias esparsas de fatos contados por Tia Dora." (Stockler, 2012,pg10). Mesmo, não tendo a obra pretensões históricas, as fontes empregadas surgiram como uma aposta no encontro de informações que contribuíssem para uma aporte de dados necessários à pesquisa.

A autora do livro foi localizada e passamos a manter contato constante, nos contou que sua mãe e tia estavam vivas, Maria Alice e Glorinha, filhas de Francisco Júnior, as quais eram as duas últimas Antunes Maciel que nasceram na casa do Conselheiro. A entrevista¹ com as duas filhas nos permitiria, como nos diz Garrido, (1992) incorporar não apenas indivíduos aos nossos discursos, mas compreender as situações insuficientemente estudadas sobre a família Antunes Maciel. Entrevistar estas mulheres nos daria a possibilidade de inserir os seu discurso na nossa pesquisa, até então as fontes que encontramos nos falavam dos homens desta família e de sua vida política..

2. METODOLOGIA

Foi utilizada a metodologia da história oral, com os depoimentos das descendentes de Francisco Maciel Junior.

A História Oral neste caso é bastante adequada pois, nos permite "estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque esta atrelada a constituição da identidade" (Alberti,1988,p.27). Não é o caso de estudar memórias de excluídos, mas sim compreender uma situação que, ainda, não foi suficiente estudada que neste caso são observáveis-com razoável nitidez.

A escolha das entrevistadas foi pensada de forma a se tornar um conjunto orgânico de depoimentos que nos permita entender o engendramento desta memória as disputas e conflitos dos sujeitos envolvidos com esta organização, aqui será apresentadas, apenas, as entrevistas realizadas com Maria Alice e Glorinha, assim como a análise do livro "Chiquinha e Eu" escrito pela bisneta do Conselheiro. Com a continuidade das atividades de pesquisa será anexado os outros depoimentos e o cruzamento dos mesmos com outros tipos de documentos.

Para a realização das entrevistas optou-se pelo formato aberto para que melhor se pudesse entender a posição destes indivíduos na construção da memória buscando sempre a intervenção mínima e mais breve possível.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹ A entrevista foi realizada por mim e pela Professora Francisca Ferreira Michelin, minha orientadora no doutorado no PPG Memória e Patrimônio UFPel.

O uso destas fontes nos possibilitaram ter informações importantes para conhecermos um dos usos da casa, que é o de moradia da família Antunes Maciel, entre os anos de 1880 e 1950. Através das descendentes podemos dar corpo aos personagens, que até então tinham uma dimensão de fantasia.

Nas visitas podemos observar como a relação dessas duas mulheres com o passado da família, também, traduz um processo de musealização, suportado e intensificado pela proximidade das casas, a distribuição de objetos que se complementam e a expressão de duas personalidades distintas. Se por um lado o esquecimento se implanta na cidade, por outro, elas também esquecem a cidade. A ancoragem é na família e não no lugar. Fácil destacar o fato de que se não fosse a intervenção da Bete, a casa teria sido desapropriada pela prefeitura de Pelotas. É possível supor que há um esquecimento de mão dupla e que estaria nele a razão pela qual a casa passa a “basta-se”, ou seja, ela não suporta senão sua própria memória como um imóvel do século XIX. A instituição de um museu cujo conteúdo não é diretamente relacionado com a família (embora, sim, indiretamente) reforça o processo de silenciamento da casa como um suporte da memória dessas famílias e da trajetória social da cidade. Assim, mesmo os usos subsequentes têm o seu interesse diluído.

4. CONCLUSÕES

Mais do que uma fonte oral estas narrativas nos permitiram como diz Garrido (1992) abrir possibilidades inesperadas à própria pesquisa e que enriqueceu o volume de conhecimentos que tínhamos sobre o assunto. Estas narrativas nos permitiram em primeiro lugar ir mapeando no livro "Chiquinha e Eu", o que era criação da escritora e o que realmente podíamos entender como informação, assim como abrimos caminho para novas informações e para um novo viés da pesquisa que é o esquecimento da família no processo de tombamento e de musealização. Durante a entrevista fomos indagadas pelas entrevistadas por que Museu do Doce naquela casa. o que nos causou estranheza, pois a decisão de ali instalar o Museu é anterior a venda do prédio pelas entrevistadas, ou seja a prefeitura de Pelotas e IPHAN decidiram a localização da instituição museológica a revelia de suas proprietárias. Para a análise deste fenômeno muitas outras fontes e pesquisas serão englobadas ao trabalho, mas estas duas em especial foram importantes para a definição final do tema de pesquisa. O entendimento de que elas apesar de descendentes do Conselheiro e proprietárias da casa, quando da decisão de musealização, nos coloca como objetivo entender como se engendra estes processos no Brasil em pleno século XXI.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

AMADO, J. & FERREIRA, M. (coords). Usos e Abusos da História Oral – Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política. Editora Brasiliense. 1985

Artigo

AMADO, Janaína. O Grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. História. São Paulo, 14:125-136, 1995

BARROS, M. M. L. de. Memória e Família – Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2 n.3, 1989.

ERRANTE, Antoinette . Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar in História da educação, Asphe, n. 8, setembro de 2000.

GARRIDO, Joan del Alcazar. As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate. Rev. Bras de Hist, SP, V13 n 25/26 pp 33.54 set 92/1go93

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder in Mnemosine Vol.6, nº2, p. 2-13 (2010).

SILVA, Janine Gomes da, “Pratos típicos” como patrimônio cultural: as narrativas orais (re)elaborando antigas receitas in Revista Brasileira de História Oral, Vol. 14, nº1, 2011.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo, 15, 1995.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos – In: AMADO, Janaina – Usos e Abusos da História Oral – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1996